

# O BANCO DE WOLFENSOHN

Luís Mah

SEBASTIAN MALLABY

**The World's  
Banker: A Story  
of Failed States,  
Financial Crises,  
and the Wealth and  
Poverty of Nations**

Yale University Press,  
London,  
2005, 462 páginas

Quando James Wolfensohn assumiu a presidência do Banco Mundial (BM), em 1995, graças ao apoio da Administração Clinton, a instituição estava no centro de todas as críticas. As organizações não-governamentais (ONG) e os movimentos sociais internacionais mobilizavam-se contra as políticas de ajustamento estrutural do BM e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Milhares de pessoas protestavam nas ruas contra o financiamento de massivos projectos hidráulicos que forçavam vastas populações a abandonar as suas terras e a reins-talarem-se noutros locais.

Wolfensohn reagiu às críticas públicas de duas formas. Em primeiro lugar, prometeu que tornaria o BM mais aberto ao diálogo com os seus críticos ao mesmo tempo que defendia princípios como a democracia, transparência e *accountability*. Foi assim que começou um novo período no BM, com o seu presidente estabelecendo um diálogo pessoal com numerosas ONG. Em consequência, hoje em dia as organizações da sociedade civil desempenham um papel cada vez maior no planeamento, implementação e monitorização

dos programas financiados pelo BM. E, em segundo lugar, Wolfensohn declarou guerra à pobreza global através de múltiplas declarações pessoais credíveis e reveladoras do seu compromisso com esta causa. Até ao final do seu segundo mandato, Wolfensohn criticou de forma persistente os países ricos por fecharem os seus mercados aos produtos dos países pobres e de continuarem por cumprir com as suas promessas em termos de ajuda para o desenvolvimento.

Numa altura em que a luta contra a pobreza, desigualdade social e justiça económica já são temas centrais na agenda política internacional, o livro de Sebastian Mallaby, colunista do *Washington Post* e um antigo correspondente do *Economist*, oferece um retrato potente e esclarecedor de como Wolfensohn se esforçou por ultrapassar os dilemas, desafios e conflitos a que tem estado sujeito o BM.

Neste extenso livro, Mallaby procura demonstrar como a figura carismática de Jim Wolfensohn tentou transformar o Banco Mundial, reorganizando a sua estrutura e redefinindo a sua missão de modo a dar claramente prioridade à luta

contra a pobreza e justiça social. Uma agência especializada do sistema das Nações Unidas, o BM é usualmente mencionada como uma instituição financeira internacional (IFI) que concede empréstimos aos países em desenvolvimento e aconselha sobre políticas sociais integradas em planos de redução da pobreza. A importância do BM na economia dos países mais pobres baseia-se não só no facto de lhes emprestar cerca de 20 mil milhões de dólares anuais mas acima de tudo na influência que desempenha na definição das suas políticas públicas.

No entanto, Sebastian Mallaby argumenta que a visão estratégica de Wolfensohn para o BM acabou por ser limitada já que partilha do que apelida ser uma fragilidade comum à maior parte das instituições multilaterais. Uma fragilidade que diz residir em duas grandes razões: aquilo a que chama «nossa esquizofrenia» e o comportamento das ONG.

#### **UMA QUESTÃO DE «ESQUIZOFRENIA»**

Mallaby acusa a «nossa esquizofrenia» (nós enquanto países do Norte, na qualidade de doadores e ONG) de pôr em causa o papel do Banco Mundial. Se, por um lado, olhamos com desprezo para estas instituições internacionais porque as vemos como incapazes de resolver problemas que achamos serem simples e de fácil resolução, por outro, criamos expectativas demasiado elevadas quanto ao que podem fazer. Mas a verdade, tal como aponta Mallaby, a realidade no terreno é mais complicada do que possamos pensar: «As raízes deste irrealismo mágico são compreensíveis: quando se sabe que africanos mor-

rem por falta de redes anti-mosquito que custam dois dólares e meio, uma pessoa tem vontade de gritar e exigir que o problema seja resolvido; de certeza que algum dinheiro e boa vontade serão suficientes. Mas infelizmente esses dois ingredientes podem não chegar. Para arranjar camas para as crianças é necessária uma rede de distribuição gerida por gente competente; depois, que haja paz no sítio onde as crianças vivem; finalmente, convém que a vida dos pais e dos trabalhadores da área da saúde não tenha sido entretanto ceifada pela SIDA, a guerra ou a fome» (p. 5).

As complexidades e dificuldades ligadas à implementação de políticas económicas e sociais em países em desenvolvimento por parte do Banco Mundial são bem exemplificadas por Mallaby no capítulo 7 (pp. 174-206), dedicado à Indonésia de Suharto. Com a chegada de Wolfensohn à presidência da instituição, a luta contra a corrupção passou a ser um novo tema na agenda do desenvolvimento. Mas que não deixou de dividir o Banco entre duas facções: os que achavam que devia ser simplesmente cortado todo o financiamento aos países clientes que fossem corruptos e aqueles que acreditavam que era necessário ser mais selectivo neste aspecto em função do que se observava na economia real. A Indonésia revelou ser um bom caso para estes últimos. Porque se o país era conhecido pelos seus altos índices de corrupção, também era verdade que as políticas seguidas pelo governo de Suharto tinham reduzido drasticamente a pobreza no país.

A segunda razão da fragilidade do Banco Mundial de que fala Mallaby é fruto do comportamento do que apelida serem

«lilliputianas» organizações não-governamentais e que estão constantemente a desafiar os esforços do Banco Mundial em lutar contra a pobreza quando deveriam ser as suas aliadas naturais. O capítulo 10 mostra-nos como Wolfensohn não só abriu as portas do Banco Mundial às ONG como mudou as políticas da instituição de forma desejada por estas últimas ao aceitar a inclusão de uma série de salvaguardas nas suas políticas de financiamento. Contudo, ao convidar as ONG a assumirem um papel mais interventivo nas políticas de instituição, Mallaby argumenta que Wolfensohn acabou por tornar o Banco refém das «missionárias» ONG e perder contacto com aqueles que realmente interessavam, os seus clientes. O resultado acabou por ser uma organização dedicada ao desenvolvimento que reflectia antes a agenda de activistas dos países do Norte e não as condições de dificuldade dos países em desenvolvimento. Para Mallaby, apesar de Wolfensohn querer colocar os países clientes no centro das atenções da instituição, as salvaguardas propostas pelas ONG e aceites pelo Banco Mundial acabaram por limitar essa intenção.

### **AGENDAS CONTRADITÓRIAS**

Para Mallaby, o Banco Mundial, independentemente de quem seja o seu presidente, está constantemente sujeito a um grande, se não o principal, desafio para garantir a sua existência: como conciliar os interesses dos seus principais stakeholders, i.e., accionistas, ONG e clientes? Enquanto os países ricos que controlam o Banco, em conjunto com as ONG, tentam fazer do Banco Mundial um agente dos

seus valores, quer se «trate de protecção de florestas tropicais ou manutenção dos pigmeus nos seus habitats naturais», os clientes da instituição têm uma agenda diferente. Procuram crédito e conselhos para conseguirem um caminho mais rápido para a modernização.

O livro de Mallaby tem o mérito de dar-nos a conhecer de forma rica e detalhada os bastidores de uma instituição que até há muito pouco tempo, e apesar da sua influência, se mantinha opaca e longe das vistas da maior parte das pessoas.

Contudo, a sua posição quanto às ONG merece ser reavaliada. Mallaby reconhece que nem todas as ONG são iguais no seu comportamento face ao Banco Mundial já que algumas se mostraram dispostas a trabalhar em conjunto como a Oxfam, Care ou World Vision e que até levantam questões legítimas, como o impacto ambiental dos projectos que financia. A posição final do autor, no entanto, parece pecar pela simplicidade e por generalizações ao afirmar que os interesses das ONG do Norte, ou dos países ricos, estão longe de corresponder aos interesses dos países em desenvolvimento. Antes pelo contrário. Quando Mallaby diz que o Banco Mundial precisa de ouvir melhor as necessidades dos seus clientes, ele não está a dizer mais do que muitas ONG têm vindo a defender nos últimos anos. Se não fossem as ONG, em conjunto com muitas outras vozes da sociedade civil internacional, a chamar a atenção para o impacto negativo do ajustamento estrutural imposto nos anos de 1980 (o chamado «Consenso de Washington») a muitos países em desenvolvimento pelo Banco Mundial,

e cujos efeitos ainda hoje se fazem sentir principalmente em África, provavelmente esta política continuaria a dominar as operações da instituição sem ser posta em causa. Dani Rodrik, professor de Economia na Universidade de Harvard, aponta mesmo num *paper* recente (*Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion?* Janeiro de 2006) que as práticas do Banco Mundial não parecem ter ainda interiorizado bem as lições do fracasso do ajustamento estrutural e que os seus economistas estão longe de adoptar uma moldura de reformas que não a definida pelo «Consenso de Washington».

E o melhor exemplo de que as ONG do Norte e do Sul estão a trabalhar juntas em defesa dos interesses das populações dos países em desenvolvimento está na criação da maior aliança do mundo contra a pobreza: a Acção Global da Luta Contra a Pobreza (GCAP na sua sigla em inglês). Lançada em Janeiro de 2005 no Fórum Social Mundial em Porto Alegre (Brasil), a aliança reúne cerca de 900 organizações com campanhas activas em mais de 100 países. Nos países ricos, as campanhas têm chamado a atenção para o facto de a sua ajuda ser inadequada em termos de quantidade e qualidade, pela falta de cumprimento de promessas quanto ao cancelamento da dívida dos países mais pobres e para a necessidade de se pôr fim a regras e práticas comerciais injustas. Nada mais nada menos

do que aquilo que foi defendido por James Wolfensohn num artigo publicado no *International Herald Tribune* no dia 24 de Abril de 2004 e intitulado: «The growing threat of world poverty».

Adicionalmente, ao falar genericamente do papel dos países doadores, Mallaby acaba por não analisar a influência do seu principal accionista: os Estados Unidos da América. Uma questão que se tornou ainda mais evidente com a escolha de Paul Wolfowitz como sucessor de Wolfensohn na presidência do BM. Wolfowitz, antigo subsecretário de Estado da Defesa e arquitecto da Guerra do Iraque, já prometeu que a luta contra a pobreza continuará a ser uma prioridade da instituição, com o continente africano a concentrar as suas atenções. Anunciou que tenciona liderar o BM com base no consenso e não fará dele um instrumento da política externa norte-americana, ao mesmo tempo que manterá em aberto o diálogo com as ONG. Ainda é cedo para se fazer uma análise do trabalho de Wolfowitz à frente da instituição, ele que durante anos foi um dos principais apoiantes de uma política externa unilateral por parte dos Estados Unidos, olhando para as instituições multilaterais como instrumentos ao serviço dos interesses de Washington. Mas a polémica gerada em torno da sua nomeação parece garantir que a sua presidência será ainda mais escrutinada do que as anteriores. **RI**